

Contribuições das tecnologias de informação e comunicação para promoção da igualdade de gênero no Brasil.

Contributions of information and communication technologies to promotion of gender equality in Brazil.

MARCO ANTONIO DE PAULA

Aluno de Iniciação Científica da Faculdade Unyleya

FÁBIO MAIA

Orientador de Iniciação Científica da Faculdade Unyleya

Resumo: O presente artigo é um estudo exploratório que busca identificar a presença de espaços virtuais que abordem as questões de igualdade de entre gêneros. Diante disso, realizou-se pesquisa sobre o histórico do movimento feminista desde a luta pelo direito ao voto até o ciberativismo. Em seguida, para sinalizar as contribuições das tecnologias de informação e comunicação sobre a temática, realizou um levantamento de páginas e grupos do Facebook dedicados a essa temática. Os resultados demonstraram que presença de grupos e espaços criados para tratar questões sobre a igualdade entre os gêneros. Por fim, concluiu-se que esses espaços virtuais apresentam um grande potencial para a discussão sobre a igualdade entre gêneros, permitindo novas formas de empoderamento das mulheres.

Palavras-chave: Equidade de Gênero. Feminismo. Empoderamento. Ciberativismo. Facebook.

Abstract: The present article is an exploratory study that seeks to identify the presence of virtual spaces that approach the gender equality issues. Given this, a research about the historic of the feminist movement was carried out, since the struggle for the right to vote until the cyberactivism. Then, to signal the contributions of information and communication technologies on the thematic, a survey of Facebook pages and groups dedicated to this thematic was carried out. The results demonstrated the presence of groups and spaces created to approach issues of gender equality. Lastly, it is concluded that these virtual spaces have great potential for discussion about gender equality, allowing new ways of women's empowerment.

Keywords: Gender Equity. Feminism. Empowerment. Cyberactivism. Facebook.

1. Introdução

Apesar de diferentes movimentos e lutas das mulheres pela igualdade de direitos, como, por exemplo, a luta pelo direito ao voto no século XVII, a desigualdade entre os gêneros ainda persistente em diferentes países. Em 2018, a publicação (IBGE) “Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil” revelou que apenas 10% da câmara dos deputados era ocupado por mulheres e as trabalhadoras mulheres obtinham uma renda que equivale a $\frac{3}{4}$ da dos homens. A diferença entre homens e mulheres também é notada no tempo dedicado aos afazeres domésticos e aos cuidados com a família. Enquanto os homens dedicam 10,5 horas semanais, as mulheres dedicam 18,1 horas. Não se pode deixar de destacar as diferenças entre as próprias mulheres no que se refere à questão étnica. As mulheres brancas exercem essas atividades por 17,7 horas, já as pretas e pardas por 18,6 horas semanais.

De acordo com o Silva (2013), as diferenças entre homens e mulheres possuem suas raízes em comportamento e práticas socioculturais vivenciados ainda na infância. Essas diferenças já são evidentes nas brincadeiras infantis. Para as meninas são reservadas as bonecas e as panelinhas, já para os meninos carrinho e futebol. Segundo o autor, tais práticas influenciarão a ideologia que reproduzirá a submissão feminina e a sobreposição masculina através de seus papéis sociais. Essa relação desigual de dominação do homem sobre a mulher, grosso modo, é chamada de machismo.

A manutenção da relação de poder do homem que leva a submissão da mulher ocorre pelo uso da força e da violência física, simbólica e psicológica, tais como constrangimentos, assédio moral e sexual, violência sexual, dependência financeira e patrimonial e agressões físicas e psicológicas. Sendo que muitas dessas situações são vivenciadas pelas mulheres nos próprios lares e praticadas por familiares e/ou conhecidos. Pesquisa da ONG Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), realizada pelo Datafolha em 2018, apontou que 1,6 milhões de mulheres sofreram espancamento, 76,4% destes foram praticados no lar, sendo as mulheres negras as principais vítimas (Franco, 2019).

O artigo 5º da Constituição Brasileira de 1988 estabelece que todos são iguais perante a lei e que homens e mulheres possuem os mesmos direitos e deveres. Entretanto, Souza e Araújo (2018) afirmam que a sociedade é patriarcal e a mulher é vista como objeto de satisfação do homem, portanto diminuída. Por esse motivo as lutas e mobilização das mulheres pela a igualdade de direitos são necessárias. É importante destacar que, ao contrário que prega o senso comum, o empoderamento das mulheres não busca a submissão do homem ou a inversão de papéis. Mas, a superação de uma desigualdade histórica entre gêneros.

A luta pela igualdade entre os gêneros é uma questão tão importante e urgente que a Organização das Nações Unidas (2015) incluiu esta questão como um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. A proposta da Agenda é discutir questões relacionadas ao Desenvolvimento Sustentável, por meio de uma abordagem transversal incorporando as dimensões econômica, social, ambiental e cultural. A questão da igualdade de gênero está elencada no quinto ODS e se volta para a definição de ações que busque “Alcançar a igualdade de Gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”. Segundo o documento, somente conseguiremos alcançar um mundo sustentável, garantindo que “cada mulher e menina desfrutam da plena igualdade de gênero e no qual todos os

entraves jurídicos, sociais e econômicos para seu empoderamento foram removidos” (ONU, 2015).

Diante do exposto, ainda em pleno século XXI, se faz necessário a busca da igualdade entre os gêneros em diferentes contexto sociais:

Na maioria das sociedades, há diferenças e desigualdades entre mulheres e homens nas funções e responsabilidades atribuídas, atividades desenvolvidas, acesso e controle sobre os recursos, bem como oportunidades de tomada de decisão. Estas diferenças e as desigualdades entre os sexos são moldadas ao longo da história das relações sociais, mudando ao longo do tempo e em diferentes culturas. (IBGE, 2018, p.2).

Considerando a perspectiva da ONU (2015) e do IBGE (2018), pode-se considerar que a busca da eliminação das diferenças e desigualdades entre os gêneros deve incluir toda sociedade, independente do gênero e origem social. Apesar de ser uma luta pelos direitos das mulheres, exigindo a sua participação ativa, reconhecendo as mulheres como as reais protagonistas do movimento pela igualdade de direitos, os homens precisam colaborar com essa luta, já que estes historicamente assumem a posição de opressão das mulheres, contribuindo na perpetuação das bases de uma sociedade machista e patriarcal.

A popularização das tecnologias de informação e comunicação faz com que a luta pela igualdade entre gêneros alcança novos espaços e contexto. As mídias digitais, com destaque para redes sociais, ampliaram o debate público sobre as temáticas, incluindo a questões relacionadas à luta pela igualdade entre gêneros. Desta forma, estabelecendo de empoderamento das minorias e permitindo que estas possam criar espaços de manifestação e de mobilização pela luta dos seus direitos (RODRIGUES E LIMA, 2018).

Partindo dos pressupostos apresentados, o presente artigo se propõe a realizar um estudo exploratório para identificar a presença de grupos e páginas na rede social Facebook que tratem sobre as questões relacionadas à igualdade entre os gêneros. Para isso, o estudo busca realizar análise destes espaços virtuais com o objetivo de verificar de que forma esses grupos e páginas são representados.

2. A Igualdade entre gêneros: Dos primeiros direitos ao debate virtual

A luta pela igualdade entre os gêneros não é algo novo. Ela se mantém presente em diferentes momentos da história da humanidade e está presente em diferentes países do ocidente e oriente. Mas, antes de iniciar o debate sobre a questão da igualdade de gênero, é importante a compreensão de conceitos chaves como o machismo e a sociedade patriarcal.

Para Moya (2019), o machismo é um conjunto de opiniões e atitudes, que se opõem à igualdade entre homens e mulheres, favorecendo o gênero masculino detrimento do feminino:

[...] é uma opressão, nas suas mais diversas formas, das mulheres feitas pelos homens. Na prática, uma pessoa machista é aquela que acredita que homens e mulheres têm papéis distintos na sociedade, que a mulher não pode ou não deve se portar e ter os mesmos direitos de um homem ou que julga a mulher como inferior ao homem em aspectos físicos, intelectuais e sociais (MOYA, 2019, s.p.).

De acordo com Lobo e Lobo (2015), a Sociedade Patriarcal estabelece normas e regras de comportamento diferenciado para homens e mulheres. Por exemplo, as atividades de força física e o papel de provedor e da proteção da família são de responsabilidade exclusiva dos homens. Por outro lado, as atividades do dia a dia das casas e a responsabilidade pela educação dos filhos são de responsabilidade das mulheres. Essa definição de papéis estabelece uma relação de poder dos homens sobre as mulheres. Os homens são vistos como indivíduos superiores e fortes. Já para as mulheres resta a representação da figura frágil que deve se subjugar aos desejos e às vontades dos homens (Moya, 2019).

As regras e normas comportamentais e sociais que estabelece e reforçam a desigualdade entre mulheres e homens estão presentes desde a tenra infância. Ocorrem, por exemplo, na definição das cores das roupas dos bebês. A cor rosa se destina exclusivamente para as meninas e a cor azul para os meninos. Na diferença entre os brinquedos e brincadeiras. Meninos jogam futebol e brincam de carrinho. As meninas fazem dança e brincam de bonecas. As diferenciações se perpetuam em outros espaços. Nas escolas, os meninos preferem as disciplinas das áreas de exatas, já as meninas as disciplinas da área de humanas. No ambiente organizacional, com o estabelecimento de diferença entre profissões e atividades laborais masculinas e femininas. De acordo com Silva (2013), esta naturalização da diferença entre os papéis e comportamentos entre mulheres e homens pode ser considerado como uma forma de opressão e violência contra o gênero feminino.

Por sua vez, Beauvoir (1949) destaca a diferença entre sexo e gênero. Para autora, o sexo, que determina se um indivíduo é macho ou fêmea é uma questão biológica. Já o gênero é uma construção social. Pois, é a cultura que irá determinar normas de condutas e comportamentos que determinam o que é ser homem ou se mulher em um determinado contexto ou grupo social. Um exemplo, apresentado por ela, é que, na sociedade burguesa e capitalista, a mulher é educada para assumir o papel de esposa, dona do lar e mãe, estabelecendo assim uma situação de submissão e dependência ao homem. Para aquelas que buscam romper este paradigma, enfrentam grandes desafios no mundo do trabalho. As atividades menos especializadas são reservadas para as mulheres e, conseqüentemente, a remuneração é muito inferior a ofertadas para homens.

...mulher que busca sua independência no trabalho tem muito menos possibilidades do que seus concorrentes masculinos. Em muitos ofícios, seu salário é inferior aos dos homens; suas tarefas são menos especializadas e, portanto, menos bem pagas que as de um operário qualificado e, em igualdade de condições, ela é menos bem remunerada. Pelo fato de ser uma recém-chegada ao mundo dos homens, tem menores possibilidades de êxito (Beauvoir, 1949, p. 147).

É muito comum as pessoas acreditarem que a busca pela igualdade de gênero é uma luta que colocam mulheres em posição oposta aos dos homens e busca retirar os direitos dos homens. Entretanto, essa luta tem como objetivo a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres, em diferentes contextos sociais, o fim da violência física, psicológica e sexual contra as mulheres (WITTEKIND, 2016).

De acordo com Sousa e Araújo (2018) o ponto de partida do movimento feminista é a busca pela igualdade entre os gêneros. As lutas das mulheres pela igualdade de direitos e deveres não é algo novo. Pode-se considerar como marco inicial, o movimento sufragista que

reivindica o direito das mulheres votarem. Este foi movimento amplo que ocorreu no século XIX e envolveu mulheres das Europa, dos Estados Unidos e de países da América Latina. No Brasil o início do movimento feminista data do século XIX. Nesta época, as mulheres brasileiras lutavam pelo direito ao voto e à vida pública. No início do século XX, nasce a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino reivindicando o fim da posse das mulheres pelos maridos (WITTEKIND, 2016).

Segundo Castells (2002 apud COSTA e ANDROSIO,s.d.), na segunda metade do século XX, a mulher se inseriu com maior força no mercado de trabalho, transformando a rotina familiar em função desta nova jornada fora de casa. Essas mudanças impactaram no papel e nas relações sociais, afetando a dinâmica familiar, a vida doméstica e os relacionamentos pessoais (CARVALHO 1995 apud COSTA e ANDROSIO, s.d)

No contexto da Ditadura Militar no Brasil, o movimento feminista contesta a dominação da presença masculina no espaço político. Além disso, o movimento reivindica maior espaço de participação das mulheres nas universidades e no mundo do trabalho. Uma das conquistas alcançadas, nesta época é promulgação da Lei nº 6121/1962, conhecido com o estatuto da mulher casada. Esta lei tinha como objetivo devolver a plena capacidade às mulheres casadas. Já que, anteriormente, ao se casarem as mulheres perdiam sua capacidade civil, colocando estas em uma completa relação de submissão e dependência dos maridos. Por exemplo, se uma mulher casada desejasse trabalhar, ela precisaria de uma autorização do marido.

Um dos marcos importante do movimento feminista é o ano de 1975. Neste ano, as Organizações das Nações Unidas (ONU) declara o ano internacional da mulher, reconhecendo a desigualdade de gênero como um problema social e da necessidade urgente de ações para garantir os direitos das mulheres.

Nos anos 1970 e 1980, o movimento feminismo no Brasil vai além da luta pela igualdade gênero, passa a incluir nas suas pautas: o retorno da democracia, a anistia de presos políticos e exilados e movimentos sindicais. Em 1972, surge o primeiro grupo feminista brasileiro. Ele era formado por professoras universitárias e reivindicava o direito ao prazer feminino, a valorização da mulher e lutava contra a ditadura militar e a violência doméstica(DJAMILA RIBEIRO, 2014 apud WITTEKIND, 2016). Já, na década de 1980, no contexto da redemocratização, o movimento feminista no Brasil ganha novas pautas: combate a violência, igualdade no casamento, direito à propriedade e direitos sexuais. De acordo como Costa e Androsio (s.d), passa-se a notar mudanças significativas na estruturas das famílias tradicionais brasileiras. O homem deixa de ser um único provedor e a mulheres passam a ter presença mais significativa no mundo do trabalho. Dentro deste cenário, as mulheres passam a assumir papel de esposas, mães, donas de casa e de profissionais.

A partir da década de 1990, o Movimento Feminista passa por um grande processo de transformação. A ampliação das pautas de interesses específicos de diferentes grupos gera uma divisão (Sousa e Araújo, 2018). Um exemplo é o surgimento do Movimento Feminista Negro. Este movimento surge diante do debate que até então o movimento feminista era protagonizado por mulheres brancas, de classe média e com nível educacional elevado. Sendo assim, este movimento não representava as demandas específicas das mulheres negras (WITTEKIND, 2016).

A partir dos anos 1990, segundo Costa e Androsio (s.d.), a inserção das mulheres no mercado de trabalho gera a discussão sobre responsabilidade das tarefas das atividades domésticas e necessidade de divisão dessas tarefas entre mulheres e os homens. Dados do IBGE (2018) mostram que a divisão do trabalho doméstico na maioria das famílias ainda sobrecarrega a mulher com uma dupla ou tripla jornada de trabalho mais extensa que a dos homens. Enquanto as mulheres dedicavam cerca de 18 horas semanais aos afazeres domésticos e aos cuidados das pessoas da família, os homens dedicavam 10,5 horas. O IBGE discute que essa carga horária elevada impacta a inserção da mulher no mercado de trabalho. Elas são as que mais trabalham em horário parcial (28,1%) de 30 horas semanais, se comparadas aos homens (14,1%), o que vai refletir em menor remuneração. Ainda assim, se combinadas as jornadas de trabalho remunerado e não remunerado (afazeres doméstico e cuidado de pessoas) as mulheres trabalhavam em média 3 horas a mais que os homens. Com a popularização do Trabalho Remoto (Home Office), esta disparidade aumenta de forma significativa. Bridi et. al. (2020) destaca que:

... mulheres e homens vivenciam o trabalho remoto de formas distintas e que as desigualdades entre homens e mulheres persistem no trabalho no contexto do trabalho remoto, uma vez que tarefas domésticas e de cuidado dos filhos permanecerem atribuídas assimetricamente às mulheres (Bridi et. al. 2020, sp).

É importante frisar, segundo Costa e Androsio (s.d.), a questão da divisão das tarefas domésticas com a sobrecarga de trabalho das mulheres não pode ser generalizada e pode ocorrer de forma distinta. Pois, essa divisão sofre influência de contextos culturais, sociais e econômicos. Porém, não se pode negar que, na maior parte dos contextos, há de forma direta o acúmulo de tarefas e aumento das jornadas e, indiretamente, questionamentos sobre a capacidade das mulheres de lidar com as demandas da vida familiar e profissionais.

No ano de 2010, a Organização das Nações Unidas cria a ONU Mulheres, que tem como objetivo apoiar o aumento das ações de promoção da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, É necessário destacar que, para a ONU, o empoderamento está relacionada diretamente aos aspectos relacionados à inserção e fortalecimento das mulheres no mundo dos negócios. De acordo com a ONU (2016), essas ações de empoderamento perpassam por:

1. Estabelecer liderança corporativa sensível à igualdade de gênero, no mais alto nível.
2. Tratar todas as mulheres e homens de forma justa no trabalho, respeitando e apoiando os direitos humanos e a não-discriminação.
3. Garantir a saúde, segurança e bem-estar de todas as mulheres e homens que trabalham na empresa.
4. Promover educação, capacitação e desenvolvimento profissional para as mulheres.
5. Apoiar empreendedorismo de mulheres e promover políticas de empoderamento das mulheres através das cadeias de suprimentos e marketing.
6. Promover a igualdade de gênero através de iniciativas voltadas à comunidade e ao ativismo social.

7. Medir, documentar e publicar os progressos da empresa na promoção da igualdade de gênero.

Os autores Tramontina e Schmitz (2017) fazem críticas sobre as premissas pregadas pela ONU Mulheres. Para eles, não basta ações que promovam a inserção das mulheres no mundo do trabalho. Mas, é importante ações que busquem acabar com as lacunas entre as remunerações de mulheres e homens.

Com a introdução das mulheres no mercado de trabalho, principalmente empreendendo e ocupando cargos de liderança, haveria a injeção de algo entre 410 a 850 bilhões de reais ao produto interno bruto (PIB) do Brasil até 2025". (...) em 2015, apesar de a força de trabalho feminino corresponder 62% do total, apenas 35% do PIB é oriundo do trabalho feminino e, isto se deve, a diversos fatores, dentre eles a diferença salarial percebida por homens e mulheres pelo mesmo trabalho (Tramontina e Schmitz, 2017, p.100).

A reflexão apresentada por Tramontina e Schmitz (2017) é muito relevante, uma vez que a independência econômica da mulher é fundamental para seu empoderamento. A dependência econômica faz com que muitas mulheres se submetam aos homens que lhes provêm o sustento, abrindo mão do poder de decisão sobre o lar, enfrentando situações de humilhação e de violência física. Em Reportagem recente do Jornal o Globo, foi mostrado que cerca de 25% das mulheres não denunciam agressões em função da dependência econômica a que estão sujeitas.

De cada quatro mulheres que sofrem violência doméstica, uma não denuncia o agressor porque depende financeiramente dele. A dependência financeira é um dos fatores que fazem mulheres se submeterem anos a fio a um marido violento (...) (GLOBO, 2019).

Como se pode perceber, a busca pela igualdade de gênero envolve aspectos amplos e complexos, perpassando pela necessidade de conscientização de todos que se vive em uma sociedade balizada no machismo e na opressão masculina sobre as mulheres. Sendo assim, se fazem necessárias ações diversificadas que incluem a desconstrução do patriarcado até a autonomia financeira das mulheres (MARINHO e GONÇALVES, 2016).

O desenvolvimento das Tecnologias de Informações e Comunicação, em especial das Redes Sociais, favoreceu a criação de espaços virtuais que favorecem a disseminação de informações e divulgações de opiniões. Por suas características, as Redes Sociais se transformam em espaços de debate de diferentes grupos sociais e permitindo o empoderamento das minorias. Sendo assim, pode-se considerar que as Redes Sociais podem favorecer ampliação das discussões sobre diferentes demandas sociais, incluindo o a luta pela igualdade entre os gêneros (COELHO, 2016). De acordo Sousa e Araújo (2018), as redes sociais além de favorecerem a criação de espaços para a promoção do debate sobre a igualdade de gêneros, elas podem ser usadas para divulgação de denúncias de abusos das mulheres.

As redes sociais têm sido instrumento indispensável para propagação das manifestações feministas (...) circulando diferentes pautas e ampliando o alcance das discussões, permitindo dessa forma, que as mulheres possam ter mais contato com o feminismo. Abordando diferentes temáticas: manifestações contra todas as formas de violência, denuncia a sociedade patriarcal que vivemos e todas as formas de opressão e submissão, mulher e trabalho, abordagem relacionadas ao corpo e a sexualidade entre outros (Sousa e Araújo, 2018), p. 6).

De acordo com o Coletivo Think Olga¹, as Redes Sociais geram cada vez mais visibilidade sobre as questões relacionadas à violência das mulheres. A campanha #meuprimeiroassedio deu voz para as mulheres que foram vítimas de violência física, psíquica e sexual. Mulheres, de diferentes faixas etárias e nível social, compartilharam virtualmente suas experiências traumáticas de assédios e abusos sofridos, dando rostos e nomes às estatísticas. Sendo assim, pode-se afirmar que as Redes Sociais ampliam a discussão sobre os direitos das mulheres e a luta pela igualdade de gênero. Pois, permitem que a reflexão sobre essas questões seja discutida tanto por mulheres que fazem parte de grupos ou movimentos organizados quanto para aquelas que apenas se identificam com essas questões ou vivenciaram alguma situação relacionada à desigualdade de gênero.

O tipo de linguagem usado nas Redes Sociais e formato diversificado para divulgação das informações (vídeos e conteúdos curtos e interativos), segundo o Coletivo Não me Kahlo², permitem que os assuntos relacionados ao feminismo, à cultura machista e à superação da desigualdade de gênero possam alcançar um público cada vez maior e diversificado, independente da faixa etária, nível cultural, social e econômico. Diferentemente do que ocorre em movimento organizado em coletivos presenciais, em que essas discussões ficam restritas a um público.

Apesar dos ganhos que as Redes Sociais podem trazer para a luta pelos direitos das mulheres, França (2018) destaca que não pode esquecer-se da existência de espaços dissonantes. Estes espaços apresentam uma visão deturpada da questão da igualdade gênero e um olhar pejorativo das mulheres que lutam pelo empoderamento e desconstrução da cultura patriarcal. Esses espaços defendem que mulheres e homens devem assumir papéis sociais diferenciados, em que as mulheres devem assumir uma posição de submissão aos homens. Geralmente, as informações veiculadas por esses grupos são falsas e descontextualizadas.

Ao transitar por sites, blogs, canais do YouTube e páginas no Facebook é possível observar que o discurso antifeminista em redes sociais busca sustentar seus argumentos com a divulgação de condutas supostamente antiéticas e até criminosas de mulheres. (...) percebeu-se a grande presença de mulheres jovens protagonizando e defendendo a bandeira antifeminista. [...] uma possível explicação, ou pelo menos uma aproximação de um entendimento sobre a dificuldade de adesão de uma parcela jovem aos ideários feministas. Segundo a autora, a transição da modernidade para a pós-modernidade está relacionada a processos de fragmentação e diferenciação que afetam tanto a vida social, como a econômica e a política (FRANÇA, 2018).

Mesmo diante dos argumentos apresentados por França (2018), o uso da Internet, em especial das Redes Sociais, pode agregar valor significativo à luta pela igualdade entre os gêneros pela possibilidade de grande difusão de informações, de criação de espaços debates,

¹ Organização criada no ano de 2013 e que procura sensibilizar a sociedade nos quesitos de gênero e interseção, além de educar e fornecer ferramentas para que as pessoas se identifiquem como agentes de mudanças na vida das mulheres. Ela utiliza a comunicação como ferramenta aliada a tecnologia para promover a educação e causar mudanças positivas na vida das mulheres. Disponível em: <https://thinkolga.com/>. Acessado em 13 de setembro de 2020.

² "grupo que surgiu em 2013 através de reuniões que debatiam o feminismo em redes sociais que teve seu ponta pé através do Facebook e que logo se expandiu para o Twitter e Instagram e que abrem espaço para o diálogo sobre questões de gênero, machismo. Igbtfobia nome dado a homenagem Frida Kahlo pintora mexicana que retratava a violência contra a mulher." Disponível em: <https://naomekahlo.com/>. Acesso em 13 de setembro de 2020.

de agrega diferentes vozes e de sensibilizar diferentes pessoas sobre a importância da discussão sobre o tema.

3 Materiais, Método e Resultados.

O Facebook está entre as maiores redes sociais da atualidade, estando em primeiro lugar em números de usuários ativos (cerca de 2,2 bilhões). Ela é a segunda mais usada no Brasil com 130 milhões de usuários, pois perdeu o primeiro lugar recentemente para o canal de postagens de vídeos YouTube. A Rede Social Facebook permite a criação e compartilhamento de páginas e postagens pessoais, a interação entre os usuários através de grupos públicos e privados e a adesão dos usuários a páginas de tema de interesse (IMME, 2020).

Considerando a relevância do Facebook, esta pesquisa optou em realizar um estudo exploratório para identificar e classificar os grupos e páginas do Facebook que apresentam assuntos relacionados ao Feminismo. O objetivo era evidenciar a existência e apropriação dos espaços virtuais no Facebook voltados para as discussões das temáticas relacionadas ao Feminismo.

3.1 Levantamento, identificação e análise dos grupos e páginas do Facebook.

O presente artigo se propôs a realizar um levantamento exploratório de grupos e páginas presentes no Facebook que apresentam temáticas os assuntos relacionados ao Feminismo. Inicialmente, foi necessário selecionar as palavras chaves necessárias para a realização do levantamento dos espaços virtuais (grupos e páginas). Para a seleção destas palavras chaves, contou-se com o apoio de pesquisadores da área das Ciências Sociais. Estes indicaram as palavras chaves relacionadas à questão da igualdade de gênero: Empoderamento materno, Sororidade Feminina, Poder Feminino, Girl Power, Equidade de Gênero, Empoderada, Trabalho Feminino e Feminismo.

De posse das palavras chaves, iniciou-se o levantamento dos espaços virtuais no Facebook. Foi utilizado a própria ferramenta de pesquisa do Facebook. Optou-se pela realização de uma busca simples, objetivando ampliar o máximo o retorno dos resultados. O levantamento dos grupos e páginas foi realizado em um único dia (06 de Outubro de 2020).

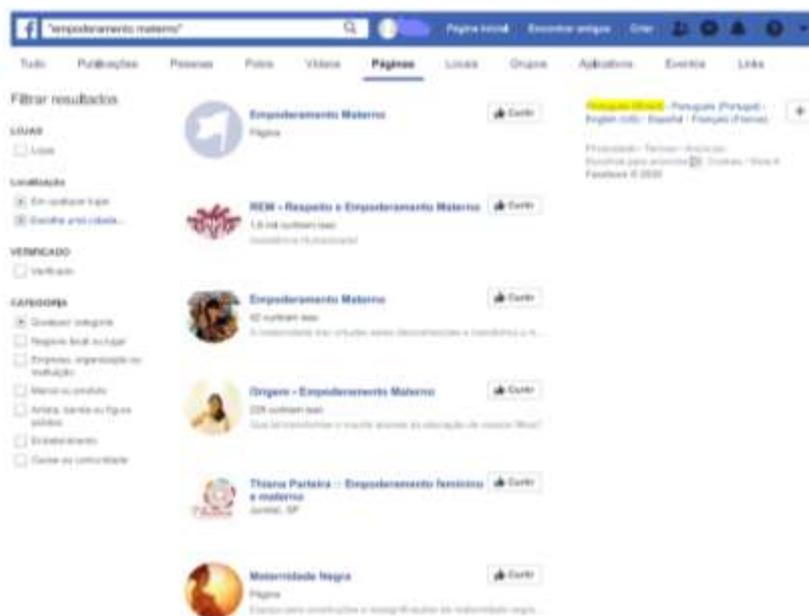


Imagem 1: Tela do Facebook com a indicação do resultado da busca.

Em seguida, foi realizada análise individual dos grupos e das páginas do Facebook encontradas no levantamento. Esta análise teve como objetivo avaliar a adequação pormenorizada dos espaços virtuais ao contexto da pesquisa. A análise dos grupos e páginas foi realizada com parâmetros: título do espaço virtual, objetivo da página (descrição) e ano de criação.

3.2 Resultados do levantamento dos grupos e páginas do Facebook.

Os resultados iniciais obtidos durante o levantamento dos espaços virtuais no Facebook indicaram a existência de um total de 238 grupos e 311 páginas relacionadas à igualdade de gênero. Destes espaços, somente 47 grupos e 90 páginas foram consideradas válidas para este estudo. Já que, após a análise do título dos espaços, estes foram considerados como vinculados à temática desta pesquisa. Foram excluídas as páginas e grupos que apresentavam títulos sem relação com a igualdade de gênero ou apresentavam visão dissonante ao tema.

Título com a Palavra-Chave	Grupo		Página	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Empoderada	19	40,4%	16	17,8%
Empoderamento materno	00	0,0%	14	15,6%
Equidade de Gênero	00	0,0%	05	5,6%
Feminismo	17	36,2%	31	34,4%
Girl Power	01	2,1%	03	3,3%
Poder feminino	07	14,9%	05	5,6%
Sororidade feminina	03	6,4%	14	15,6%
Trabalho feminino	00	0,0%	02	2,2%
Total	47	100%	90	100%

Tabela 1 – Espaços com palavras-chaves no título

A tabela acima apresenta o quantitativo dos espaços que possuem as palavras chaves no título. Dos 47 grupos considerados como válidos, 19 (40,4%) estavam relacionados ao termo “Empoderada”; 17 (36,2%) ao “Feminismo”; 7 (14,9%) ao “Poder Feminino” e 3 (6,4%) ao “Sororidade Feminina”. Para “Girl Power” somente foi identificado 01 (2,1%) grupo para cada termo. Não foram localizados grupos para os termos “Empoderamento materno” (0%), “Equidade de Gênero” (0%) e a “Trabalho Feminino” (0%). Já das 91 páginas válidas, a maioria estava relacionada ao termo “Feminismo” 31 (34,4%), seguida do termo “Empoderada” com 16 (17,8%), com 14 (15,6%) o termo “Empoderamento materno”, 5 (5,2%) relacionadas a “Equidade de Gênero” e a “Poder Feminino”, 3 (3,1%) a “Girl Power”, 2 (2,2%) a “Trabalho Feminino” e 14 (14,6%) a Sororidade Feminina.

As tabelas 2 e 3 apresentam os grupos e as páginas de acordo com o seu objetivo de criação. Para a realização desta análise observamos a descrição dos espaços virtuais pesquisados no menu “sobre”, quando este item estava esvaziado, consultamos o conteúdo das postagens.

Objetivo de Criação	Grupo	
	Quantidade	Percentual
Feminismo	17	36%
Não especificado	06	13%
Empoderamento das mulheres	06	13%
Sororidade feminina.	05	11%
Empreendedorismo entre as mulheres.	03	06%
Outros	10	21%
Total	47	100%

Tabela 2 – Objetivo de criação do grupo

A tabela 2 mostra que 17 (36%) grupos foram criados para discutir questões relacionadas ao Feminismo. Seguido, 06 (13%) grupos foram criados para discutir sobre o empoderamento das mulheres, 05 (11%) foram criados com o propósito de debater sobre a Sororidade feminina e 03 (06%) para estimular o empreendedorismo entre as mulheres. É necessário destacar que 10 (21%) grupos foram categorizados como Outros, pois apresentavam objetivos diversos sobre o tema igualdade entre gênero. Dos 50 grupos analisados, 06 (13%) deles não apresentavam informações sobre o seu objetivo de criação.

Considerando os objetivos de criação dos grupos, é importante o esclarecimento de alguns pontos. Os grupos com objetivos voltados para o “Empoderamento das mulheres” envolviam o debate sobre a autoestima, independência e protagonismo das mulheres na sua vida pessoal e na vida em sociedade. Já aqueles relacionados à “Sororidade feminina” foram criados para promover a união, a compreensão mútua e o combate a rivalidade entre as mulheres. O objetivo de criação definido como “Outros” agrupou espaços com propósitos diversos: Mulheres negras na política, Mulheres na política, Gordofobia, Feminismo das minorias, Estudos femininos, Combate ao machismo, Autoajuda lésbica, Autoajuda feminina, Arte feminina e Aborto seguro.

Objetivo de Criação	Páginas	
	Quantidade	Percentual
Feminismo	24	27%

Empoderamento feminino	11	12%
Empoderamento Materno	10	11%
Sororidade feminina	09	10%
Equidade entre os gêneros	05	06%
Combate ao machismo	03	03%
Empreendedorismo feminino	03	03%
Feminismo negro	03	03%
Autoajuda feminina	02	02%
Autoestima feminina	02	02%
Parto humanizado	02	02%
Outros	16	18%
Total	90	100%

Tabela 3 – Objetivo de criação das páginas.

A análise dos dados da tabela 3 mostra que os objetivos de criação das páginas estão mais pulverizados se comparados ao dos grupos (tabela 3). Das 90 páginas consideradas válidas para este estudo, 24 (27%) das páginas foram criadas com objetivo de abordar questões sobre o Feminismo, 11 (12%) para tratar sobre o empoderamento feminino, 10 (11%) sobre o empoderamento materno, 09 (10%) sobre sororidade feminina e 05 (06%) sobre equidade de gênero.

Páginas criadas para combater o machismo foram 03 (03%). Encontrou-se esse mesmo número de páginas com o objetivo para discutir questões sobre o empreendedorismo feminino e sobre o Feminismo Negro. Havia 02 (02%) páginas em que o seu objetivo de criação se voltava para a autoajuda feminina. O mesmo número de espaço foi encontrado para tratar de assuntos relacionados à autoestima feminina e ao parto humanizado.

Cabe destacar que foram encontrados 16 (18%) páginas com objetivos de criação diversos. Estes grupos foram categorizados com outros. A categoria “Outros” abrangeu grupos relacionados aos temas: Mulheres negras na política, Mulheres na política, Gordofobia, Feminismo das minorias, Estudos femininos, Autoajuda lésbica, Autoajuda feminina, Arte feminina e Aborto seguro.

Palavra-Chave	Quantidade de grupos e espaços			
	2010 a 2012	2013 a 2015	2016 a 2018	2019 a 2020
Empoderada	0	5	11	19
Empoderamento materno	0	5	4	5
Equidade de Gênero	0	1	2	2
Feminismo	1	18	17	12
Girl Power	0	1	1	2
Poder feminino	0	0	4	8
Sororidade feminina	0	1	8	8
Trabalho feminino	0	0	2	0
Total	01(01%)	31 (22%)	49 (36%)	56 (41%)

Tabela 4 – Ano de Criação das páginas e dos grupos

A tabela 5 apresenta de forma consolidada o ano de criação dos 137 espaços (90 páginas e 47 grupos) considerados válidos para este estudo. Os dados mostram que 01(01%) espaço foi criado entre 2010 e 2012, seguindo 31 (22%) foram criados entre 2013 e 2015, 49 (36%) entre 2016 e 2018 e 56 (41%) entre 2019 e 2020.

4 Considerações finais

Atualmente, a discussão sobre a igualdade entre gêneros vem ganhando cada vez mais espaço nos meios de comunicação e entre diferentes grupos e classes sociais. Entretanto, não se pode esquecer que a luta das mulheres se inicia do século XVII com os movimentos pelo direito ao voto. Apesar desta luta ter mais de três séculos, ainda a muito que se caminhar. Segundo o IBGE (2018), a representatividade de mulheres em cargos eletivos ainda é bem menor comparada aos homens. Essas diferenças também se mostram presentes no mercado de trabalho e na divisão das responsabilidades domésticas. A remuneração paga aos homens é muito maior do que aquelas pagas para as mulheres e o tempo gasto pelas mulheres na realização das atividades domésticas é muito superior quando comparados ao tempo gasto pelos homens. A diferença entre mulheres e homens é uma questão de construção sociocultural que estabelece uma sociedade patriarcal e machista que busca colocar os homens em uma relação de poder e superioridade. Para as mulheres somente resta o papel de submissão aos homens, construído um imaginário que as mulheres devem ser educadas para serem boas esposas, mães e donas de casa.

Ao longo dos anos, identificamos a existência de diferentes movimentos encabeçados por mulheres buscam romper este paradigma de dominação masculina e se articulam para estabelecer uma sociedade mais igualitária e justa. A partir de século XXI, com as presenças das tecnologias digitais, esses movimentos ganham novas ferramentas que permitem ampliar os espaços de expressão, manifestação e luta para a igualdade entre os gêneros. De acordo como Coelho (2016) e Sousa e Araújo (2018), as redes sociais são ferramentas importantes para a luta dos direitos das mulheres. Pois, elas podem criar espaços que ampliam as discussões sobre essa questão, favorecem a disseminação de conteúdos, possibilitam a participação de mulheres de diferentes grupos e classes sociais e que permitam o desenvolvimento de canais de denúncias sobre diferentes abusos sofridos pelas mulheres. Considerando essas premissas, esta pesquisa realizou levantamento exploratório no Facebook, uma das maiores redes sociais da atualidade. Este levantamento teve como objetivo identificar grupos e páginas criadas para tratar de assuntos relacionados à igualdade de gênero.

Inicialmente, identificou-se 238 grupos e 311 páginas que tinham relação como tema deste estudo. Entretanto, análises posteriores mostraram que deste quantitativo inicial, somente 47 grupos e 90 páginas foram consideradas válidas. Isso se deve ao fato que parte significativa desses espaços foi criada para desprestigiar ou desacreditar da luta das mulheres pela igualdade de direitos e reforçar o discurso de superioridade e poder dos homens. Tais achados vão de encontro as afirmativas de França (2018) que as Redes Sociais também permitem a criação de espaços dissonantes que tem como objetivos construir uma narrativa que o movimento pela igualdade entre gêneros é permissivo para a sociedade e para as famílias.

Apesar das grandes potencialidades e possibilidades que as redes sociais podem oferecer para a luta da igualdade entre gêneros, este estudo aponta que a quantidade de grupos (47) e de páginas (90) considerados válidos por tratar desta temática ainda é incipiente. Porém, cabe destacar que o pequeno número de páginas e grupos localizados neste estudo pode estar relacionado ao número limitado de palavras-chaves utilizadas para a realização do levantamento. Sendo assim, seriam necessários novos levantamentos fazendo uso de novos termos. Ao observar os dados sobre os objetivos de criação dos grupos e páginas percebe-se uma grande diversidade de interesses ligados à luta pela igualdade entre os gêneros. Tal cenário pode estar relacionado à ampliação das pautas, demandas e interesses de grupos específicos de mulheres, conforme destacam Wittekind (2016) e Sousa e Araújo (2018) em seus estudos. No que se refere a criação das páginas e dos grupos, observa-se que a maior parte (105) dos espaços foram criados nos períodos de 2016 a 2020. O estudo indica que há um crescimento significativo nos últimos anos de espaços virtuais criados para tratar das questões sobre a igualdade entre gêneros. Um dos fatores que pode estar relacionado à maior visibilidade das questões sobre violência das mulheres nos meios de comunicação. Outro fator que, pode ter gerado o aumento do número de espaços, pode estar relacionado à corrida eleitoral de 2018, que teve como plano de fundo o embate de diferentes visões sobre as questões de gêneros.

Porém, cabe destacar que os resultados obtidos estão restritos ao universo pontual desta pesquisa, já que foi utilizado um número limitado de palavras chaves para realização das páginas e grupos no Facebook. Diante disso, para avançar neste campo de investigação, são necessários: a ampliação deste estudo, para englobar a utilização de outros termos chaves para a realização de novos levantamentos que possibilite a análise do conteúdo das informações disponibilizadas nas páginas e análise do discurso das interações realizadas nos grupos.

5 Referências Bibliográficas

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: fatos e mitos. 2 ed. Trad. Sérgio Milliet. Difusão Européia do Livro: São Paulo, 1970.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRIDI, Maria A., ZANONI, Alexandre P. e BEZERRA, Giovana U.. O trabalho remoto e as condições das mulheres no contexto da pandemia COVID-19. Curitiba: GETS/UFPR; REMIR, 2020. Disponível em: <http://www.dmtmdebate.com.br/o-trabalho-remoto-e-as-condicoes-das-mulheres-no-contexto-da-pandemia-covid-19/>. Acesso em 01 de outubro de 2020.

COELHO, Mayara Pacheco. Vozes que ecoam: Feminismo e Mídias Sociais. *Pesqui. prá. psicossociais*, São João del-Rei, v. 11, n. 1, p.214-224, jun. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082016000100017&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 set. 2020.

COSTA, Iria H. e ANDROSIO, Valéria O.. As transformações do papel da mulher na contemporaneidade. S. D. UNIVALE. Disponível em: <http://www.pergamum.univale.br/pergamum/tcc/Astransformacoesdopapeldamulhernacontemporaneidade.pdf>. Acesso em 20 de ago de 2020.

FRANÇA, Matheus Costa; VIEIRA, Marcia Guedes; FIGUEIRÓ, Ana Lúcia. VOZES ANTIFEMINISTAS NAS REDES SOCIAIS—UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO. Programa de Iniciação Científica-PIC/UniCEUB-Relatórios de Pesquisa, v. 3, n. 1, 2017. Disponível em: <https://www.cienciasaude.uniceub.br/pic/article/download/5821/4083>. Acesso em 3 de outubro de 2020.

FRANCO, Luiza. Violência contra a mulher: novos dados mostram que 'não há lugar seguro no Brasil'. BBC News Brasil em São Paulo. São Paulo. 26 fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47365503>. Acesso em: 13 de ago. De 2020.

GLOBO. De cada quatro mulheres que sofrem violência doméstica, uma não denuncia o agressor porque depende financeiramente dele. Jornal Nacional em Rio de Janeiro. 23 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/01/23/dependencia-financeira-obstaculo-para-mulheres-denunciarem-agressor.ghtml> Acesso em: 02 de setembro de 2020.

IBGE. Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em 23 de março de 2020.

IBGE. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: Objetivo 5 – Igualdade de Gênero. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=5> Acesso em 23 de março de 2020.

IMME, Amanda. Ranking das redes sociais: as mais usadas no Brasil e no mundo, insights e materiais gratuitos. Resultados Digitais. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/blog/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>. Acesso em 12 de outubro de 2020.

LÔBO, Gutierrez Alves; LÔBO, José Tancredo. Gênero, machismo e violência conjugal: um estudo acerca do perfil societário e cultural dos agressores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. Revista Direito & Dialogicidade, v. 6, n. 1, p. 45-56, 2015. Disponível em: <http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/DirDialog/article/view/962>. Acesso em 28 de setembro de 2020.

MARINHO, P. A. S.; GONCALVES, H. S. Práticas de empoderamento feminino na América Latina. Rev. estud. soc. N. 56, 2016 abril/junho, (p. 80 a 90). Disponível em: <https://journals.openedition.org/revestudsoc/9863>. Acesso em 26 de setembro de 2020.

MOYA, Isabela. Machismo: você entende mesmo o que significa? Politize! 8 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/o-que-e-machismo/> Acesso em 02 de ago de 2020.

NÃO ME KAHLO. Sobre. Disponível em: <https://naomekahlo.com/sobre-2/sobre/>. Acesso em: 13 de setembro de 2020.

ONU. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 11 de março de 2020.

ONU. Princípios de Empoderamento das Mulheres. (2016) Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/referencias/principios-de-empoderamento-das-mulheres/> Acesso em: 27 de setembro de 2020.

RODRIGUES, Liz Vieira; LIMA, Luísa Guimarães. Mídia alternativa brasileira: voz às minorias no ciberespaço. *Iniciacom*, v. 7, n. 1, 2018. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/centroeste2018/resumos/R61-0146-1.pdf> Acesso em 13 de ago de 2020.

SILVA, Ariana Kelly Leandra Silva da. Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social. *Rev. NUFEN*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 12-25, 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912013000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 ago. 2020.

SOUZA, Delles L. R. e ARAÚJO, Jéssica A. L.. Feminismo contemporâneo: as mídias sociais como ferramentas de resistência. In: VI Semana de História do Pontal e V Encontro de Ensino de História Societtps://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/4139/eventos.ufu.br/files/documentos/delles_de_lean_rodrigues_de_sousa.pdf. Acesso em 15 de ago de 2020.

TRAMONTINA, Robison; SCHMITZ, Gabriele Ana Paula Danielli EMPODERAMENTO FEMININO: uma análise a partir da teoria do poder simbólico de Pierre Bourdieu. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*, v. 3, n. 1, p. 98-107, 2017. Disponível: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/1826>. Acesso em 15 de julho de 2020.

THINK OLGA. Sobre. Disponível em: <https://thinkolga.com/quem-somos/>. Acesso em: 13 de setembro de 2020.

Contribuintes da Wikipédia. *Lesbofeminismo* [online]. Wikipedia, The Free Enciclopédia, 2020 [data de consulta: 22 de setembro de 2020]. Disponível em <<https://es.wikipedia.org/w/index.php?title=Lesbofeminismo&oldid=125955026>>.

WITTEKIND, Milena. Empoderamento feminino: estudo de manifestações feministas nas redes sociais por meio de hashtags. 2016. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/4139> Acesso em 22 de julho de 2020.